

Heitor Eduardo Cabral Bezerra

CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO, DEMOCRATIZAÇÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL E PRECEDENTES VINCULANTES

Um estudo sobre a relação
e a compatibilidade entre
suas premissas, ideias
e institutos

Prefácio:

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Ministro do STJ

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Sumário

1. Introdução.....	1
2. O processo de formação do Estado Constitucional de Direito e as premissas fundamentais do constitucionalismo contemporâneo	7
2.1 Do Absolutismo Monárquico ao Estado Liberal: noções de soberania	7
2.2 Do constitucionalismo liberal ao social: a evolução do processo de emancipação cidadã	19
2.3 O Estado Constitucional de Direito e os principais impactos do constitucionalismo contemporâneo	32
3. Os riscos contidos nos excessos do constitucionalismo contemporâneo e o problema da legitimação democrática da função jurisdicional	45
3.1 Síntese das principais críticas ao constitucionalismo contemporâneo e à expansão demasiada da função jurisdicional....	45
3.2 A compatibilidade teórica entre as ideias de legitimação democrática e o exercício da função jurisdicional	63
3.3 O devido processo legal como mecanismo capaz de contribuir para que a função jurisdicional seja exercida de maneira democraticamente legítima.....	79
4. O processo judicial como instrumento de democratização da função jurisdicional.....	83
4.1 O modelo procedimental deliberativo de democracia e a sua aplicabilidade ao processo civil.....	83
4.2 O neoprocessualismo e o modelo cooperativo de processo: o direito processual civil em conformidade com o constitucionalismo contemporâneo e suas exigências democráticas	96

5. O sistema de precedentes vinculantes no processo civil do constitucionalismo contemporâneo	121
5.1 Noções fundamentais acerca dos precedentes judiciais.....	124
5.2 O panorama legislativo estabelecido pelo Código de Processo Civil....	129
5.3 Os argumentos contrários aos precedentes vinculantes e a suposta incompatibilidade com o constitucionalismo contemporâneo e com o princípio democrático aplicado ao processo civil	142
5.3.1 A ideia de que os precedentes vinculantes são incompatíveis com a civil law	143
5.3.2 A propagada noção de que a obrigação de seguir precedentes engessa o Direito, impedindo ou dificultando o seu desenvolvimento	150
5.3.3 A ideia de que o sistema de precedentes vinculantes reduz a relevância da participação das partes, violando o princípio democrático aplicável ao processo civil.....	154
5.3.4 O argumento de que o sistema de precedentes vinculantes viola a liberdade interpretativa dos magistrados das instâncias inferiores	167
5.3.5 Conclusões parciais.....	173
5.4 As razões que fundamentam e justificam um sistema de precedentes vinculantes.....	175
5.4.1 A juridicidade e a igualdade.....	176
5.4.2 A segurança jurídica e os seus desdobramentos.....	181
5.5 A ponderação final entre a liberdade interpretativa dos magistrados das instâncias inferiores e os princípios buscados e privilegiados pelos precedentes vinculantes	190
6. Conclusão	197
Referências	211